

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Construção da Cidadania



PROGRAMA NACIONAL DE

desburocratização



Editora Universidade de Brasília

A Construção da Cidadania

A noção de cidadania atinge as mais diversas formas da existência humana e foi procurando mostrar todas as questões emergentes destas formas de vida que se realizou o segundo seminário da série sobre *A Universidade Brasileira e a Constituinte*: um seminário voltado especialmente para *A Construção da Cidadania*. Organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, entre novembro e dezembro de 1985, o seminário reuniu líderes sindicais, representantes de minorias indígenas e de grupos negros, feministas, jornalistas, psicólogos e professores em geral.

O objetivo foi analisar de que modo o cotidiano da vida de um cidadão brasileiro deve figurar no futuro texto constitucional. Quando se imagina o sem-número de situações em que é necessário o exercício da cidadania, poder-se-ia dizer que a partir do momento em que põe o pé fora de casa, o brasileiro está apto a ser um cidadão nem sempre, infelizmente, na plena posse dos seus direitos. São direitos, por exemplo, que se poderia definir como a cidadania das pequenas causas: o direito de ser pedestre é um deles. Um direito freqüentemente desrespeitado na maioria das grandes cidades brasileiras, mas que se exerce com o risco da própria vida.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A Construção da Cidadania

Organização

Departamento de Sociologia da UnB

Coordenação

João Gabriel Lima Cruz Teixeira

Programa Nacional de Desburocratização



Editora Universidade de Brasília

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização expressa do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1986 by Editora Universidade de Brasília

Equipe Técnica:

Capa: Magno Ernesto Cavalcanti

Coordenação de Produção:
Flávio Gonçalves da Rocha Castro

Revisão e Coordenação Gráfica:
Esmeraldino Henrique da Silva

ISBN 85-230-0211-1

Ficha catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Teixeira, João Gabriel Lima Cruz, ed.
A construção da cidadania. Brasília. Editora Universi-
dade de Brasília, c1986.
268 p.

Convênio PrND/UnB

T266c
342.71:321.7 (81) (061.3)

t

SUMÁRIO

Apresentação	7
A Cidadania do Trabalhador Urbano	9
A Cidadania do Trabalhador Rural	51
A Construção da Cidadania Feminina	91
A Cidadania e a Questão Étnica	129
A Cidadania e as Questões Emergentes	185
A Cidadania e os Meios de Comunicação	235

A CIDADANIA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador

Wladimir de Carvalho

(UnB)

Expositores

Luiz Gonzaga da Mota

(EBN)

José Carlos Kfourí

(Editora Abril)

Hélio Doyle

(Sindicato dos Jornalistas – DF)

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Declaro aberta esta sessão sobre a questão da cidadania, subordinada ao tema “A Cidadania e os Meios de Comunicação”.

Compõem a Mesa o professor Luis Gonzaga da Mota, da UnB, jornalista e um dos diretores da Empresa Brasileira de Notícias; o Hélio Doyle, também jornalista militante e o José Carlos Kfoury, da Editora Abril.

Passo a palavra ao dr. Luis Gonzaga da Mota, primeiro expositor desta tarde.

Lembro que cada expositor tem 15 minutos para fazer sua apresentação. No final, haverá debate com o público.

LUÍS GONZAGA DA MOTA (EBN) – Espero ser muito breve. Vou apenas lançar algumas idéias, talvez de forma não muito ordenada, algumas idéias que possivelmente podem ser assuntos para o debate posterior, pois a idéia mais interessante deste Seminário é exatamente o debate, a conversa que a gente pode ter em torno desses temas.

Infelizmente não pude participar dos debates anteriores. Tenho a impressão de que várias pessoas devem ter-se referido, durante o Seminário, sobre a construção da cidadania, sobre a importância de várias questões ou de várias variáveis, vamos chamar assim, e a importância de cada uma dessas variáveis em relação à construção da cidadania hoje, nesse processo de democratização do Brasil.

Dentro do tema e dentro de minha especialidade, chamaria a atenção, talvez até para não fugir à regra, para a importância que tem a informação nesse processo de construção da cidadania e vou tentar chamar um pouco atenção do plenário em relação a alguns temas que considero importantes.

Na minha maneira de entender, a questão da construção da cidadania passa necessariamente pela questão da informação, passa necessariamente pela questão dos meios de comunicação de um país. Não só diria que passa, como é fundamental a questão da informação na construção da cidadania, principalmente se pensarmos que para um indivíduo passivo se transformar num cidadão ativo obviamente tem que estar informado. Se queremos, hoje, no Brasil, promover um movimento para que tenhamos neste País cidadãos ativos, na minha maneira de entender, a informação é uma das questões mais importantes, mais fundamentais para a formação desse cidadão, e é importante porque sem a informação o cidadão é alienado. Então, todo cidadão ativo necessariamente necessita da informação. Se queremos fazer um movimento para a formação de cidadãos ativos, cidadãos ativos no

sentido de cidadãos que tenham opinião, cidadãos que possam decidir as coisas, cidadãos que possam participar dos movimentos sociais, evidentemente esse cidadão necessita, antes de tudo, da informação. E, quando digo necessita, digo também que a informação é um direito desse cidadão, o direito desse indivíduo para se transformar num cidadão, um direito como qualquer outra coisa ou como vários outros bens sociais. O direito à informação, na minha maneira de entender, é um direito tão importante quanto o direito ao trabalho, o direito à saúde, o direito à moradia, o direito à educação e vários outros direitos do cidadão. É importante, na minha maneira de entender, chamar a atenção para um processo dentro desse movimento, hoje, de construção do cidadão, que – diria – é um movimento dentro desse processo de redemocratização do País, de redemocratização política, depois de 20 anos de autoritarismo. O processo de redemocratização ou de democratização da informação é uma das questões fundamentais.

O que estou dizendo, quando falo, quando chamo a atenção para a democratização da informação e para a construção da cidadania? São dois processos simultâneos e absolutamente imprescindíveis um do outro. Ressalto duas questões: a questão do acesso do indivíduo à informação e a questão da possibilidade de o indivíduo expressar a sua opinião, de expressar as suas reivindicações, os seus interesses.

Para se transformar um cidadão, para o indivíduo passivo ou o indivíduo alienado se transformar num cidadão, ele necessita, antes de tudo, de ter direito à informação, ou seja, o direito de ser informado. Em segundo lugar, o direito de informar, quer dizer, de expressar os seus próprios interesses, as suas próprias opiniões. Em geral, essas questões, na minha maneira de perceber as coisas, têm sido tratadas como questões acadêmicas, como questões limitadas, questões que têm sido tratadas num debate até agora limitado a universidades, a áreas acadêmicas, etc. Essa questão é absolutamente importante e nós que estamos nessa área da informação, da comunicação, etc., temos a obrigação de transformá-la numa questão de prática política. Por que transformá-la numa questão de prática política? Por que – como disse antes – sem acesso à informação, quer dizer, sem a possibilidade de ser informado e sem a possibilidade de informar, de expressar os seus sentimentos, os seus interesses, as suas reivindicações, etc., o cidadão não está exercendo o seu direito de cidadania.

Quando falo que estas questões são importantes para a prática política, não apenas como questões acadêmicas, como questões universitárias, entendo que o acesso à informação é algo que sem ela o primeiro passo não pode ser dado. Se o indivíduo não está informado sobre as questões sociais, sobre as questões econômicas, sobre as questões políticas, evidentemente, não pode exercer o seu papel de cidadão. Por isso, o obstáculo primeiro é o aspecto do acesso à informação. O que seria o acesso

à informação? O acesso à informação é exatamente esse direito de ser informado, o direito de saber das coisas, numa linguagem muito simples. Esse direito de saber das coisas é o direito de poder conhecer os fatos. Em geral, quando há um golpe de Estado, ou quando se implanta uma ditadura, a primeira coisa que se faz é limitar o acesso à informação ou conduzir esse acesso à informação. A censura que se impõe em geral nos processos golpistas – e isso aconteceu no Brasil –, essa censura, evidentemente, o que ela faz, o que ela pretende, a função da censura é exatamente limitar o acesso à informação. Evidentemente nenhum ditador desconhece a importância da circulação da informação no ambiente social, a importância do fluxo livre da informação no ambiente social. Então, toda ditadura, todo processo golpista a primeira coisa que faz é exatamente limitar o acesso à informação ou reduzir drasticamente o acesso do cidadão à informação, porque sabe que o indivíduo informado é potencialmente um indivíduo propenso a agir, e, sem a informação, o indivíduo se transforma num indivíduo alienado. Por isso é que há censura em todo processo golpista, em todo processo autoritário, em todo processo ditatorial. Aqui, no Brasil, aconteceu exatamente isso. O golpe de Estado de 64 a primeira coisa que impôs – não só o golpe de Estado de 64 como o golpe dentro do golpe que tivemos em 68 –, a primeira coisa que impôs, especialmente em 68, foi exatamente a censura à imprensa, a censura à liberdade de informação, exatamente para cercar o debate político. Pretendia-se com isso inibir a circulação de informações, para que houvesse um processo de despolitização da sociedade; e uma sociedade despolitizada é, evidentemente, uma sociedade mais fácil de se controlar.

Segundo ponto que destaco – e já por mim mencionado: a capacidade, a possibilidade de os grupos sociais, de os indivíduos, enfim, de o cidadão expressar os seus próprios direitos. Esta questão é um pouco mais complicada, porque, evidentemente, sabemos que a nossa própria estrutura social, política, econômica, é autoritária, e autoritária, aqui, não me estou referindo apenas ao processo ditatorial, ao processo militar autoritário que tivemos no Brasil. A nossa sociedade é uma sociedade historicamente autoritária, é uma sociedade estruturalmente autoritária. Autoritária, em grande parte, também na área da informação, porque a possibilidade de expressão dos grupos sociais no nosso País é extremamente limitada, e digo que essa questão é mais complicada, porque passa por transformações na própria estrutura econômica da sociedade. Entendo que, se as pessoas, se os cidadãos não puderem expressar seus sentimentos, não puderem exercer esse direito de informar, não apenas de ser informado, como também de informar, isto é, se os diversos grupos sociais organizados na sociedade brasileira não tiverem essa capacidade de expressar os seus interesses, as suas reivindicações, os seus pontos de vista, evidentemente eles não estarão também exercendo esse direito de cidadania. Eu não chegaria ao extremo de reivindicar a capacidade, a possibilidade de

informação de cada indivíduo, mas chegaria, pelo menos, no primeiro momento, a ousar reivindicar a capacidade de informar, pelo menos, os grupos sociais organizados, e isso estamos muito longe de viver hoje no nosso País. Sabemos que os meios de comunicação estão concentrados no Estado, que tem uma infra-estrutura de informação razoavelmente organizada, e das empresas privadas, que, evidentemente, têm uma estrutura comercial de informação, uma estrutura comercial de expressão, os seus pontos de vista de informar a sociedade dentro daquilo que eles acham que é uma informação que deve ser passada ao cidadão.

Esta é uma questão um pouco mais complicada, porque a capacidade de dar a esses grupos organizados a capacidade de eles se expressarem é uma questão que, evidentemente, na minha maneira de entender, vai demandar tempo maior e uma organização um pouco mais complexa da sociedade na qual vivemos hoje, sociedade essa que, sabemos, é ainda uma sociedade muito pouco organizada para participação política.

Por outro lado, ousaria reivindicar isso, porque entendo não ser uma questão utópica, não ser uma questão idealista reivindicar que os grupos organizados na sociedade brasileira tenham direito de se expressar. É interessante, inclusive, notar que existem alguns grupos sociais, algumas comunidades, algumas sociedades de bairro e federações dessas associações de bairro que já começam a despertar para a importância de elas terem não só o acesso como até mesmo a propriedade dos meios de comunicação. Sabemos, de novo chamo a atenção para as dificuldades que esse ponto de vista representa, dificuldade de se transformar em alguma coisa prática operacional. Cito apenas um exemplo, para ilustrar esta questão, o exemplo da FAMERJ, da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, onde hoje já existe um movimento organizado e preocupado especificamente com a questão dos meios de comunicação. Já estão reivindicando algumas transformações na legislação, para que a FAMERJ, como um grupo organizado, como um grupo representativo de organizações de bairros, de sociedades de vizinhos, etc., possa ter uma emissora de rádio. Existem, por outro lado, movimentos dentro da área dos profissionais de comunicação, no sentido de modificar a legislação dessa área, para que o Governo direcione a concessão de canais, de emissoras de rádio pelo menos – num primeiro momento, vamos falar apenas do rádio, porque a questão da televisão e dos jornais é um pouco mais complexa –, para redirecionar a concessão de canais radiofônicos, isto é, concessão para a exploração de emissoras de rádio para esses grupos sociais organizados, sem fins lucrativos, para que esses grupos possam explorá-los, pelo menos a nível geograficamente limitado, porque as emissoras de rádio, a não ser as grandes emissoras com grande potência, têm um alcance relativamente reduzido, para que as concessões para a exploração de emissoras de rádio não sejam mais dadas apenas aos grandes grupos organizados, aos grandes grupos econômicos do Brasil, mas que sejam

dados para grupos comunitários ou grupos classistas que possam, através dessas emissoras, expressar os seus pontos de vista e, com isto, participar do debate político, do debate social que está começando ainda muito precariamente, ainda de forma muito pouco organizada, a acontecer na sociedade brasileira.

Então, são pequenas questões que resultariam nessa capacidade de o cidadão poder expressar os seus interesses e suas reivindicações. Não chegaria a reivindicar, nessa primeira instância, como necessidade individual, e sim uma necessidade social do ponto de vista de grupos sociais organizados.

Paro aqui. Queria ser breve. Passarei a palavra aos outros companheiros da Mesa e depois, se for o caso, se houver interesse, voltaremos a discutir estas questões que coloquei e outras que evidentemente os demais debatedores vão colocar dentro desse debate de hoje.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – A seguir, com a palavra o sr. José Carlos Kfourri, da Editora Abril.

JOSÉ CARLOS KFOURI (Editora Abril) – Também vou ser bastante breve, porque mais rico é o debate. Farei algumas colocações, para exatamente provocar o debate.

Estamos vivendo um momento histórico no Brasil. Tudo está em discussão. A própria imprensa, os próprios meios de comunicação estão em discussão. Devemos admitir, já com uma postura de humildade, que nós mesmos, jornalistas, não gostamos de estar em discussão. Temos uma tremenda capacidade de crítica, mas não temos nunca muito *savoir-faire* para entender quando somos objeto da crítica.

Há uma noção institucionalizada no mundo ocidental de que a imprensa é o quarto poder. Evidentemente que essa é uma experiência que a história recente brasileira raramente demonstrou, porque é muito difícil se ser quarto poder num regime ditatorial com censura de imprensa. Mais recentemente a imprensa brasileira em alguns momentos, conseguiu, de fato, exercer esse papel de quarto poder. Dois exemplos que me parecem claros: um, no episódio da campanha das diretas, quando o jornal *Folha de S. Paulo* assumiu claramente esse papel; outro, depois o papel da Rede Globo legitimando a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. No entanto, são episódios circunstanciais. É difícil o exercício do quarto poder em um país em que – como já bem enfatizou o Luiz Gonzaga – a imprensa está na mão de grupos poderosos e os meios de comunicação eletrônicos são benesses do Estado. É difícil também, em função da própria postura que boa parte dos jornalistas assume à medida em que fundamentalmente hoje a profissão de jornalista é regulamentada por uma legislação corporativista, exclusivista, e que, por si só, já dificulta esse ovo-de-Colombo a que o Luiz Gonzaga se referiu, a possibilidade de a sociedade ter os seus

meios de informar e de ser informada. À medida em que hoje é proibido o livre acesso a quem quer que seja, desde que não tenha um diploma de jornalista, aos meios de comunicação, imediatamente se coloca um limite, limite que temos de discutir e rever, evidentemente, que a profissão de jornalista não tenha regulamentação. Esta é uma conquista dos jornalistas, é uma conquista trabalhista dos jornalistas, e deve ser mantida e deve ser aprofundada. No entanto, discuto, com firmeza, essa regulamentação da profissão, que torna o exercício do jornalismo exclusivo de quem faz a Faculdade de Comunicação. Nós, jornalistas, temos que ter consciência de que setor algum na vida do País é dono da verdade, e ter essa consciência é alguma coisa que será muito benéfica para o processo de democratização do País, na medida em que é a partir dessa consciência que temos mais condições de discutir que as Forças Armadas não devem ter prioridade alguma na discussão das coisas nacionais, como a própria Igreja não deve também. Quer dizer, não existem instituições que sejam inatacáveis e que devam ter mais peso do que as outras. Como tal, coloco a questão da imprensa, e digo por quê. Tem sido muito freqüente hoje em dia, quando a imprensa é criticada, seja através da carta do leitor, que indelevelmente recebe uma resposta atravessada no próprio jornal, seja pela postura editorial que, em grande parte, os nossos leitores assumem como quem dissesse: as questões da imprensa são exclusivas dos jornalistas; os jornalistas devem discutir.

Evidentemente esse argumento não sobrevive à análise alguma. Acabamos de ter, em São Paulo, exemplo muito claro, que provavelmente todos já têm conhecimento: a famosa questão da pergunta a um candidato à Prefeitura de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, candidato do PMDB, feita pelo jornalista Bóris Casoy, editor de painel da *Folha* de se ele acreditava ou não em Deus; acabou falando mais alto, o intelectual e não o político, e acabou não respondendo à questão, deixando claro que não acreditava em Deus, e isto foi um dos motivos, pelo menos um dos motivos da derrota dele em São Paulo. Estabeleceu-se uma polêmica. O professor Giannotti escreveu um artigo para a *Folha de S. Paulo* colocando a questão de qual é o limite a que o jornalista tem direito nas perguntas que faz a uma figura pública, quer dizer, até aonde vai a privacidade da figura pública. Isso suscitou uma polêmica que se está trazendo até agora, sei lá quando vai acabar, com o Otavinho Farias Filho, um dos donos e editor-chefe da *Folha de S. Paulo*. Otavinho defendeu a posição de que não existe pergunta indiscreta, existe resposta evidentemente indiscreta, que tudo é lúcido perguntar.

É evidente que, do ponto de vista eminentemente do jornalista, diria que esta foi uma pergunta que alcançou sucesso, porque virou tema de discussão na cidade inteira e, como tal, se a função do jornalista é perguntar, ele fez uma grande, uma boa pergunta. Defendo o direito de o jornalista perguntar. Se o jornalista não puder perguntar, não tem razão de

ser, mas tenho cá as minhas dúvidas, e coloco em discussão, se realmente não existe um limite para essa pergunta, porque, levando isso ao extremo, é aquela questão que o próprio Giannotti coloca em um de seus artigos: de repente vão perguntar ao ganhador do “Prêmio Nobel da Paz” quais são os seus hábitos sexuais na sua casa ou fora de sua casa, e vai por aí afora... Nada mais tem limite. Por causa dele, e isto foi muito fruto também nesses anos todos de autoritarismo, a receita que aprendemos do bom repórter, passa pela receita do ceticismo, da desconfiança sempre e de uma boa pitada de maldade, armas que se tinha mesmo de usar durante todo o período autoritário. Hoje me pergunto, na hora em que estamos tentando construir um país novo, se essa coisa chamada no formalismo de deslize deve ser, de fato, um caminho a ser trilhado, ou se também não devemos ter a preocupação com a construção de um país novo. Somos capazes, a imprensa foi capaz, durante estes vinte anos de ditadura, de resistir, foi capaz, a partir de certo momento, até de ajudar a erradicar o autoritarismo. Tenho muita dúvida hoje se a imprensa está sendo capaz de construir alguma coisa, e admito que alguém pergunte: essa também não é a função da imprensa, a imprensa tem que denunciar, tem que investigar, tem que informar e não tem que estar preocupada em construir. Para construir, os homens estão no poder. Esta é uma postura cinica, esta é uma postura nihilista. Não é uma postura que conduza a imprensa brasileira a dar um passo na direção da maioria. Evidente que essa questão passa – volto ao que disse o Luiz Gonzaga – também pela revisão da política de concessões, e não deve ser tema para assustar a ninguém, na medida em que ninguém está pergando que se cassem concessões adquiridas. Quem tem direitos adquiridos que permaneça com eles, mas que isto tem que ser revisto, reaberto, para permitir maior movimentação da sociedade em torno da questão. Parece-me claro, quando se coloca para nós jornalistas a questão da Constituinte, tirante tantas questões do próprio direito ao trabalho, diria que fundamentalmente a questão de que o jornalista deve brigar na Constituinte se resume a duas linhas: se resume ao direito de a sociedade ter livre acesso às informações, todo o resto, aí, sim, extrapola as nossas funções, ou seja, esse ponto deve ficar muito claro – a sociedade tem direito à informação e o jornalista tem o dever de bem informar, principalmente num país de estrutura capitalista como o Brasil, em que esse jogo pode ser jogado de uma maneira mais livre, à medida que o censor da imprensa deve ser o público, e vai ser o público na medida em que compra ou não o jornal, compra ou não a revista, bota naquele canal ou tira daquele canal. A sociedade é que é o juiz dos meios de comunicação. Os meios de comunicação têm que ter claro que, à medida que, sendo um negócio, sendo dos vários negócios em defesas explícitas na Constituição, deve ter esse meio de mão dupla de comunicação com a sociedade, porque não é lícito que o empresário de comunicação trate a comunicação apenas e tão-somente como um negócio.

Nesta questão, para encerrar, já existem experiências na Europa, existem experiências nos Estados Unidos, com a criação da figura do *ombudsman* que é outra questão que o jornalista brasileiro precisa começar a discutir com urgência, ter dentro do jornal o defensor dos interesses dos leitores, porque, se temos claro que não construímos uma sociedade democrática sem que o cidadão brasileiro seja bem informado, devemos ter claro também que existe uma diferença muito grande entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa, e isto não está claro na cabeça dos donos dos meios de comunicação no Brasil.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Passo a palavra, a seguir a Hélio Doyle, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

HÉLIO DOYLE (Presidente do Sindicato dos Jornalistas/DF) – A essência de toda esta nossa discussão hoje é o direito de informação, o direito – e já foi referido antes, tanto pelo Baga quanto pelo Juca, o direito essencial à cidadania – o direito de informar e o direito de ser informado.

A questão do direito à informação leva a inúmeras outras, e a primeira é a consciência desse direito, a consciência que cada cidadão deve ter desse direito. Ao longo dos anos, essa sempre foi uma questão deixada de lado, essa sempre foi uma questão colocada em segundo plano. Nunca foi dado ao direito à informação, o peso que ele tem na sociedade. Sabemos, qualquer um de nós sabe, o que a informação significa e o que a falta de informação – principalmente – significa. A aquisição dessa consciência pelo cidadão constitui um passo essencial, um passo básico.

Logo vem outra questão – o exercício desse direito. De que maneira o cidadão pode exercer esse direito, tanto o direito de informar quanto o direito de ser informado: de que forma o cidadão comum, tirando realmente do campo pessoal, quer dizer, não o direito individual de informar e ser informado, porque isso aí os direitos individuais garantem, se se vive num regime democrático, onde há liberdade de pensamento, liberdade de expressão, de que forma pode-se manifestar esse direito de informar o que se quer informar e ser informado, a nível do indivíduo, a nível do pessoal. Aí entra a questão da comunicação de massa: como o cidadão pode exercer esse direito, como um setor organizado da sociedade, como um segmento social pode exercê-lo? E é inevitável a mediação dos veículos, dos meios de comunicação – a existência dos meios de comunicação. Precisa-se ter o jornal, precisa-se ter o rádio, a televisão, o boletim, a revista, o meio impresso que for.

Sabemos que numa sociedade como a brasileira, os meios de comunicação exigem um pesado investimento para que sejam realmente um meio de comunicação de massa. Não é qualquer pessoa que pode ter um jornal, não é qualquer pessoa que pode ter uma emissora de rádio ou uma

emissora de televisão, não é qualquer grupo, ou qualquer organização da sociedade, e muitas vezes não pode ter nem mesmo um folheto como este, por exemplo, que é mais simples. Não é todo mundo, não é qualquer segmento da sociedade que pode ter esses meios de comunicação com certa regularidade – semanal ou quinzenal, muitas vezes até mensal.

Essa mediação dos meios de comunicação é que coloca, para mim, uma questão cuja solução vai ter que ser discutida, não só nesse processo de realização da Assembléia Constituinte, o caráter social da informação e o caráter privado dos meios de comunicação. Então, cai-se numa contradição muito semelhante àquela do capital-trabalho, dos mesmos parâmetros – se se tem um bem coletivo, um bem social, que é a informação, que deve ser amplamente dimensionada, todos têm o direito de ter esse bem, todos têm o direito de dar esse bem, mas o meio para isso é privado, tem-se de ter capital para montar um jornal, tem-se que ter não só o capital como tem-se que ter determinadas questões políticas, vantagens políticas para a obtenção de uma emissora de rádio, de uma emissora de televisão.

Essa questão da democratização da comunicação, dos meios de comunicação, para atender a esse pressuposto básico da democracia que é o direito à informação, exige a própria democratização da sociedade, porque só numa sociedade democrática vão-se ter realmente meios de comunicação democráticos. Não se pode aspirar a esse pressuposto numa sociedade autoritária, numa ditadura. Pode-se aspirar a esse pressuposto numa sociedade democrática. Como consegui-lo é questão que vai ter que passar pela discussão de diversas experiências – e o Juca (J. C. Kfourri) citou a do *ombudsman*. Há diversas outras maneiras que são usadas nas empresas públicas, a presença da direção comunitária em determinados veículos, sociedade de redatores, comissões de relação, conselhos editoriais mais abertos. Enfim, há diversas maneiras de serem discutidas, porque, na verdade, nem todas atendem a esse pressuposto. Algumas minimizam o problema do autoritarismo, o problema da falta de democracia na informação, mas não resolvem efetivamente o problema.

Também não é uma posição firmada, fechada. É questão que deve ser discutida, a conceituação das empresas de comunicação ao nível de empresas públicas, o que não significa estatizá-las, o que não significa, num sistema como o nosso, estatizar os meios de comunicação, mas significa dar-lhes um tratamento semelhante – aí a palavra semelhante é importante, porque não passa de semelhante – ao dado a uma empresa de ônibus, por exemplo. Quero dizer semelhante no seguinte sentido: a empresa privada que explora uma linha de ônibus ou que explora várias linhas de ônibus é uma empresa privada. Ela tem seu dono, mas é regida por determinadas normas que o poder concedente coloca. Então, essa empresa tem que ter tantos ônibus, de tanto em tanto tempo, tem que ter tantos motoristas, tantos cobradores, tem de pagar o mínimo de tanto para eles, tem determinadas normas contábeis, não pode aplicar o dinheiro auferido em

outro modo de produção, em outro meio de produção. Tem uma remuneração de 12% do capital. Ou seja, determinadas normas que permitem a concessão de uma linha de ônibus ao empresário privado, mas não permite a esse empresário fazer o que quer com aquilo. Ele não pode colocar um ônibus de manhã e outro duas horas depois. Ele tem que seguir o horário. Ele não pode ter ônibus velho. Tem que ter os ônibus com uma vida útil de no máximo tantos anos, dependendo do lugar, 5, 7 anos. Não pode contratar profissionais não habilitados para dirigir o ônibus. Tem que ter motoristas profissionais de categoria tal.

Com isso quero dizer que o serviço de ônibus é considerado uma prestação de serviço público, serviço que interessa diretamente à população. Por que não considerar assim também os meios de comunicação, sem com isso querer estatizá-los, ou querer torná-los propriedade do Estado? Pode-se ter aprovados, discutidos pela sociedade, em conjunto, não impostos por ninguém nem impostos pelo governo, nem imposto por qualquer corporação no caso os jornalistas, mas amplamente discutidos pela sociedade princípios e normas que devem reger a exploração de um serviço essencial à sociedade, como é a informação, ou seja, os meios de comunicação – os jornais, revistas, emissora de rádio, emissora de televisão e há até uma atenuante, no caso de rádio e televisão, que é a concessão do Estado, só que o Estado, além de termos críticas ao modo como é feita essa concessão. O Estado também não tem nenhuma preocupação se essa concessão está servindo a ele, o governo, enquanto governo. Então, é uma idéia que pode ser debatida. Pode-se ter um jornal, mas se vão cumprir determinadas normas estabelecidas e lei amplamente discutidas pela sociedade. Não se vai poder fazer com aquele jornal o que se quer. Aí entra a diferença entre a liberdade de imprensa e a liberdade de empresa, que o Juca colocou, porque para o dono de jornal a liberdade de imprensa é a liberdade que ele tem de publicar o que ele quer, é a liberdade de imprensa no sentido que estamos dando o direito à informação, quer dizer, o direito que cada um tem de ser informado. Não. É o direito dele, dono de jornal. Quando se reúne a Sociedade Interamericana de Imprensa – Júlio de Mesquita e todos esses grandes donos de jornais de todo o Continente – não estão ali defendendo o direito que a população tem de ser informada, estão defendendo o direito que eles têm de informar. Todas as lutas deles são contra os regimes que os impedem de exercer esse direito de empresário que eles têm. Inclusive é importante distinguir bem esta questão da liberdade de imprensa do verdadeiro direito à informação, que estamos aqui colocando. Esta é uma questão fundamental realmente, é a questão de democratizar. No caso do rádio e da televisão, não só tirar todo o autoritarismo das concessões, que basta o presidente da República assinar para o canal ser concedido, assina um decreto e o canal está concedido, vamos democratizar este processo, como o próprio controle da comunidade sobre as emissoras que obtêm essas concessões, ou seja: a

programação está atendendo ao interesse público? Está atendendo ao interesse daquela comunidade? E aí será preciso criar – por isso que falei que a democratização dos meios de comunicação está diretamente vinculada à democratização da sociedade – os canais de controle, os canais comunitários, os canais pelos quais a comunidade pode exercer esse papel. Pode haver também empresas públicas, não no sentido das empresas estatais. Para mim, por exemplo, a Radiobrás de hoje é a mesma Radiobrás de antes de 15 de março, é a mesma coisa. Mudaram algumas pessoas, mudaram algumas cabeças, mas a sua essência é a mesma, porque ela continua sendo uma empresa estatal autoritária, regida por normas autoritárias, dirigida de maneira autoritária, a ponto de outro dia, inclusive é só um exemplo, não é esse fato que determina, o fato de a entrevista do Brizola no “Crítica & Autocrítica” não ter sido transmitida em Brasília. Ora, todo domingo “Crítica & Autocrítica” é exibido em Brasília. No domingo passado não foi, porque era o Brizola, era uma entrevista com o Brizola. Isto é só um exemplo no meio de todo o autoritarismo que vigora ainda na Radiobrás. Estou dizendo isso da Radiobrás para mostrar que não mudou. Não basta o Estado ser mais democrático. É preciso que as instituições sejam democráticas.

O conceito de empresa pública também tem que ser mais desenvolvido, no sentido de que há empresa pública e há empresa em que o público, em que a população tem ingerência, através de mecanismos que têm de ser criados, mecanismos que têm de ser discutidos e desenvolvidos.

Outra questão, inclusive levantada pelo Juca, consiste na mediação existente no processo de informação. Vemos a mediação dos veículos, mas existe essa mediação do profissional, quer dizer, o profissional está ali como a pessoa habilitada a levar a informação. Há um evidente exagero corporativista na atual legislação, que procura entregar quase que exclusivamente ao profissional o direito de ter acesso aos meios de comunicação. Há um evidente exagero. Mais do que na legislação, o exagero está na própria categoria dos jornalistas, que luta lindamente contra qualquer tentativa de abordar essa questão. Qualquer tentativa de afrouxar, de abrandar, encontra uma oposição radical dos próprios jornalistas, muito imbuidos no sentido de defender mercado de trabalho, de defender suas condições de trabalho, às vezes até em termos de defesa do curso de comunicação, que é outra questão, não tem nada a ver com isso aí. Isso aí é um entrave, realmente, a esta liberdade, a este direito que estamos defendendo aqui. O profissional tem que ser visto no sentido técnico do seu trabalho. Realmente, como em muitas outras atividades, exige-se, muitas vezes, uma mediação técnica, a pessoa habilitada a usar a linguagem própria do veículo, a pessoa habilitada a manejar o instrumental técnico do veículo, o que é muito diferente de se ter um acesso exclusivo ao veículo. Esta é outra questão também que nem tinha pensado em colocar realmente, mas o Juca levantou com toda razão. É preciso também, nesse

mesmo contexto dessa luta pelo direito à informação, é preciso remover esses obstáculos colocados pelo corporativismo dos jornalistas, e que se manifesta até no corporativismo dos radialistas, que hoje brigam para, na rádio e na televisão, eles terem essa exclusividade. Brigam contra os jornalistas para obter essa exclusividade nas emissoras de rádio e televisão, o que constitui também uma demonstração desse mesmo corporativismo.

Uma última questão que é importante colocar quando se discutir este ponto: qual é a defesa que a sociedade tem diante dos meios de comunicação? Na verdade, ela tem muito pouca. Os meios de comunicação têm um poder muito grande. São meios de comunicação de massa. Então, atingem, em larga escala, a sociedade. Principalmente a televisão e o rádio; como os jornais e também as revistas. É o que vemos. Vemos que o cidadão comum está indefeso diante dos meios de comunicação, tem muito pouca defesa, porque, quando o cidadão é injuriado, quando é ofendido, quando é caluniado, ele recorre à Justiça. E ele sabe que esse caminho nem sempre resolve grande coisa. Mas ainda há recurso. Recorre à Justiça, vai para a Justiça. Os jornalistas, os proprietários do órgão podem ser condenados a pagar uma multa irrisória, ou a pegar uma pena de prisão, e acabam sendo beneficiados pelo *sursis*. De qualquer maneira, é uma condenação. Não basta isto, porque a maneira de se ofender o cidadão através dos meios de comunicação não é somente essa que caracteriza uma calúnia, que caracteriza uma injúria ou uma difamação. Existem outras e outras maneiras de se prejudicar uma pessoa, de se prejudicar uma vida pessoal, uma vida profissional. Tem-se visto isto com frequência nos órgãos de comunicação, nos meios de comunicação. Costuma-se discutir que isso acontece muito no noticiário policial. Muita gente pega culpa antes de ser realmente culpado. Muitas vezes um suspeito já ganha a pecha de criminoso antes de que tenha condições de provar sua inocência, e aí ficou, saiu impresso, ficou ali, ficou para as pessoas aquela imagem.

Entretanto, não é só no noticiário policial. No noticiário, de modo geral, acontece isso. Muitas vezes o jornalista, e muitas vezes o próprio meio, através dos seus proprietários, utiliza aquele poder que tem para muitas vezes matar uma carreira política, muitas vezes para derrubar profissionalmente uma pessoa. Qual a defesa que a sociedade tem? Qual o controle – controle no sentido de controle social, de ter um acesso, de ter uma maneira de se defender? Hoje nenhuma. Aqui há “carta do leitor”, respondida de maneira atravessada, como o Juca disse; muitas vezes a resposta não é publicada, a resposta sequer é publicada; muitas vezes a resposta provoca uma nova ofensiva de retaliação, de novas acusações, e se tem aí o cidadão contra um meio de comunicação, contra um jornal, se tem o cidadão comum contra uma emissora de rádio, atingindo não sei quantos milhares de pessoas. É uma força inteiramente desigual. O cidadão não tem instrumento de defesa. A Comissão de Defesa do Consumidor não tem algo que vá defendê-lo, que vá responsabilizar o jornal ou que vá responsabilizar o jornalista por aquela agressão, por aquela ofensa.

Esta, também, é outra questão que precisa ser discutida nesse mesmo contexto – a defesa do cidadão comum diante do poder dos meios de comunicação e diante do poder do profissional que tem acesso a esses meios e que exerce a sua atividade sobre esses meios.

Também pretendo ser curto. Queria só levantar algumas questões nesta discussão, lembrando que os jornalistas realizarão em março, em Brasília, um Encontro Nacional para discutir a Comunicação na Constituinte, quais são as teses, quais são as propostas que os jornalistas levarão. A própria realização desse Encontro é muito importante para a categoria, coloca uma questão: fatalmente, ao se discutir esses temas, até se elaborar uma programação para esse Encontro, vê-se que estas questões não estão restritas aos jornalistas, não podem ser resolvidas na simples discussão do jornalista com o jornalista. O jornalista pode discutir, mas não vai resolver a questão, porque a questão da Comunicação na Constituinte, na verdade, não interessa só ao jornalista. Interessa a toda a sociedade, interessa a toda a população, e essa discussão tem que ser realmente muito mais ampla do que a discussão que possa ser feita entre jornalistas.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Após a exposição do jornalista Hélio Doyle, passamos à fase de debate.

PARTICIPANTE – Minha pergunta é dirigida ao jornalista Luiz Gonzaga.

Ontem Marcos Terena falou que a Nova República não chegou para todos, pelo menos para a comunidade indígena.

O jornalista Luiz Gonzaga falou em concessões de estações de rádio, sobre a comunidade de bares, etc. Existe, por parte dos indígenas, uma proposta para que a EBN libere uma emissora de rádio, para que falem em linguagem índia à comunidade deles. Houve simplesmente um descaso por parte da EBN, este assunto morreu, este assunto nunca mais veio à tona. Então, gostaria de que me respondesse como a EBN vê a viabilidade da concessão de um canal de rádio aos índios.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Para responder especificamente a esta questão que você colocou, sinceramente desconheço esse descaso. Gostaria até de ter oportunidade de estar com o Marcos Terena, para conversarmos sobre o assunto. Se houve, não tenho conhecimento. Houve a idéia de se produzir programas de rádio em língua indígena. Evidentemente a EBN não possui emissoras de rádio. A EBN não tem nenhuma emissora de rádio. A EBN simplesmente produz boletins, que são enviados às emissoras. O aproveitamento dos programas produzidos pela EBN não depende dela, depende das emissoras, quer dizer, as emissoras de acordo com o desejo delas, colocam ou não no ar os programas que produzimos. Por exemplo, estamos produzindo, aliás, vai ao ar às sextas-feiras, mas é gravado na

quinta-feira, um programa chamado “Brasil Entrevista”. Esse programa, cada semana, leva ao estúdio de rádio da EBN um ministro. É um programa aberto a todas as emissoras de rádio e jornais do País. Os jornalistas mandam suas perguntas, que são feitas no ar ao ministro e o ministro as responde. Esse programa é passado a todas as emissoras. Entretanto, o aproveitamento do programa depende de cada emissora, porque não temos propriedade de nenhuma emissora de rádio no País. Assim, o aproveitamento depende da emissora. Citei apenas para exemplificar como a EBN trabalha. No caso específico dessa programação em língua indígena, a iniciativa foi nossa, da EBN, que procurou o Ministério da Cultura, convidou o Ministério da Cultura para tomar a iniciativa, já que o Ministério da Cultura tem uma assessoria indígena, que essa assessoria organizasse um grupo de pessoas representantes das diversas comunidades indígenas existentes no País e começássemos a pensar na produção de programas em língua indígena. Fizemos uma reunião na EBN com um grupo de 6 ou 7 representantes de diversos grupos indígenas, de diversos grupos lingüísticos, e esses representantes ficaram de sugerir o conteúdo daquilo que seria produzido, e eles próprios gravariam os programas nas suas línguas de origem, e a EBN veicularia essa programação às emissoras, passariamos às emissoras. Evidentemente esse programa teria que ser dirigido a determinadas regiões, porque uma emissora do Rio de Janeiro naturalmente não vai passar uma programação indígena, simplesmente porque não existe nenhuma nação indígena dentro do Rio de Janeiro, embora possa haver até no Estado do Rio, pois desconheço exatamente a localização das nações indígenas no Brasil, especialmente dirigido às regiões do País onde estão localizadas as nações indígenas. Depois houve alguns problemas de ordem institucional e jurídica, que começaram a atrasar a sua execução. Uma delas foi a própria legislação existente hoje em relação à programação de rádio no País. Existe uma legislação que diz que as emissoras de rádio no Brasil estão proibidas de vincular programas de rádio que não sejam em língua portuguesa. Fizemos uma consulta ao DENTEL, que é o órgão que fiscaliza a programação radiofônica no Brasil, porque há também alguma legislação e essa legislação deve ser cumprida. Demorou – não me lembro bem – cerca de 2 meses, até que obtivéssemos a resposta. A resposta foi favorável: a programação poderia ser feita sem nenhum problema, porque não fere, segundo eles, havia lá uma cláusula, uma coisa qualquer, que seria em línguas nacionais e não em língua portuguesa, e consideraram os idiomas indígenas nacionais. Houve uma interpretação muito favorável, porque a lei, na verdade, era muito restrita. Depois disso viemos ao Ministério da Cultura e ficamos esperando o envio do material para a produção dos programas – a produção seria nossa, apesar da gravação ser feita pelos próprios indígenas, que compareceriam aos estúdios da EBN para a gravação da programação. Não foi feita, e não sei exatamente, porque não estou lidando especificamente com isso, não sei em que situação se encontra hoje a produção dessa programação.

Asseguro, com toda certeza, de que não há nenhuma má vontade, nenhum entrave para essa produção. Ao contrário, a iniciativa foi nossa. Se essa questão continuar sendo levada à frente, se continuar havendo interesse por parte desses grupos indígenas de fazer, faremos com a maior boa vontade, com a maior presteza e oferecendo toda a nossa parte técnica, toda a nossa rede etc., para a execução dessa programação.

PARTICIPANTE – Uma pergunta ao Hélio Doyle.

Esse Encontro Nacional que vai acontecer em março ficará restrito aos profissionais da área de comunicação ou será aberto?

HÉLIO DOYLE – Está começando a organização desse Encontro agora. Esta é uma das questões que está para ser resolvida. Certamente será aberto em termos de participação. Quem quiser poderá assistir, poderá participar. A discussão é até que ponto se dá a intervenção das pessoas. É a questão que está sendo levantada, porque foi decidida a realização desse Encontro no Congresso dos Jornalistas que se realizou em setembro no Rio de Janeiro. Na própria organização do Encontro é que sentimos mais a necessidade de ter só jornalistas participando. Mas é questão ainda não resolvida. Em termos de intervenção. Em termos de estar lá, de participar, de ver, de assistir, até de falar em comissão – os encontros de jornalistas sempre foram muito liberais, em termos de participação de comissões – não vai haver problema.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Mais alguma pergunta?

PARTICIPANTE – Não sei se minha indagação se destina diretamente a uma pessoa da Mesa. Abrange o tema de forma geral, não tem assim um endereço.

Preocupa-me muito quando se faz essa ligação direta entre meios de comunicação e alienação. Ter-se-iam, então, pessoas que têm acesso aos meios de comunicação e pessoas que não têm acesso aos meios de comunicação. Então, teríamos menos cidadãos e mais cidadãos, quer dizer, pessoas menos cidadãos e mais cidadãos. O professor Carlos Eduardo Lins e Silva, conhecido de todos, fez um trabalho sobre o “Jornal Nacional”, elaborou 5 anos sobre a recepção do “Jornal Nacional”. Não encontrou nenhuma pessoa alienada nessa pesquisa de campo e eram pessoas camponesas e tal, que obviamente não participam do poder de decisão das coisas que lhes dizem respeito, mas são pessoas que estão conscientes de sua situação, que se sentem exploradas, que sabem o que deve ser feito e o que não deve ser feito. Enfim, percebo que há uma disparidade nos meios de comunicação dos discursos nos meios de comunicação. Temos o discurso da nossa sociedade informada, que é esse discurso que está vinculado, que está presente em todos os meios de comunicação. Então, o que se fazer para

haver certa equivalência desses discursos? Na verdade, essas pessoas sabem muita coisa, sabem exatamente o que querem, não estão alienadas coisa nenhuma, estão sabendo muito, porque a própria realidade objetiva informa essas pessoas. Então, temos a briga da informação da realidade objetiva – com a revista, com o jornal –, a que, obviamente, nem todas as pessoas têm acesso. Como vêem esta relação direta da informação via-meio de comunicação de massa e a construção da cidadania.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Do meu ponto de vista, esta pergunta tem muito a ver com algo que coloquei no início, sobre o acesso à informação, e penso que tem muito a ver ainda com uma referência que fiz, muito breve, sobre a questão da censura, especialmente da censura política. Toda vez em que há um movimento golpista – citei isto aqui – o que primeiro esse movimento faz é inibir a circulação da informação, através da aplicação da censura. Essa limitação, essa inibição da circulação da informação provoca de imediato uma alienação. Cito aqui um caso até muito pessoal. Quando repórter do *Jornal do Brasil*, em determinado momento do meu trabalho, fui solicitado por aquele jornal a ir ao interior de Minas – naquela época eu trabalhava em Minas – para fazer a cobertura sobre uma urubu fêmea que chocava ovos de galinha no terreiro de uma casa. Fui deslocado pelo jornal com um carro, com um fotógrafo; passei um dia e meio, porque tivemos que dormir, a cidade era relativamente longe, e no dia seguinte voltamos. Escrevi a matéria do meu ponto de vista profissional e penso que foi uma grande compensação, porque essa notícia foi manchete de página no *Jornal do Brasil* – “Urubu chocando ovo no terreiro de uma casa”. Do ponto de vista profissional, me senti muito gratificado por ter colocado notícia como manchete de página num jornal. Agora, do ponto de vista de uma análise mais crítica sobre o papel dos meios de comunicação evidentemente isso refletia naquele momento, o que os meios de comunicação estavam fazendo para preencher um vazio que havia, que era exatamente o vazio do debate político. Quando não se permitia a circulação da informação socialmente relevante, então, entrava no ar, entrava no espaço esse tipo de informação, que acabava ganhando manchete de página de um jornal que é tido no Brasil como um jornal sério – o *Jornal do Brasil* não é tido como leviano, sabemos que não é.

Talvez até me tenha expressado errado quando digo sobre o acesso da informação. Não é apenas o acesso à informação, a necessidade da informação, para construção da cidadania, para a construção de um cidadão ativo, mas igualmente o tipo de informação que circula. No Brasil, houve, nos últimos 20 anos, durante o período autoritário, houve exatamente uma inibição da informação socialmente relevante, especialmente da informação política relevante e em contrapartida, houve o incentivo à criação de outro tipo de informação, a informação que sabemos que, na verdade, acaba contribuindo para a alienação do cidadão. É exatamente

nesse período que prolifera no Brasil uma série de programas de televisão – só para ficar na televisão – que vão exatamente consolidar ainda mais o grau de alienação do indivíduo.

De qualquer maneira, defendo, neste caso, a liberdade, a liberdade no sentido de que essa informação pode circular, mas deve circular uma informação além dessa, deve circular especialmente a informação política, porque – repito – sem o acesso à informação não vamos passar da fase de indivíduos alienados para a de cidadãos ativos, quer dizer, não conseguiremos criar no Brasil uma consciência da cidadania, que é a consciência do cidadão sobre os seus direitos. Paralelamente a esse acesso à informação, é preciso haver também certo controle – creio que o Hélio Doyle enfatizou este ponto e endosso suas palavras – é, preciso haver certo controle da sociedade sobre o conteúdo dos meios, não diria certo policiamento, porque a palavra é muito forte, mas acompanhamento, certa fiscalização sobre esse conteúdo dos meios. Isso vai acontecer, se acontecer algum dia, exatamente com a abertura do debate.

HÉLIO DOYLE – Não teria muita coisa a acrescentar ao que disse Luiz Gonzaga. Existe um problema, o problema da uniformização da informação via Rede Globo, que agora procura ter jornais locais. O grande veículo é o *Jornal Nacional*. As pesquisas mostram também, se não me engano até no próprio trabalho do Carlos Eduardo, que o nível de entendimento do *Jornal Nacional* no interior da Bahia é evidentemente diferente do nível de entendimento na Capital de São Paulo. O próprio *timing* do *Jornal Nacional* é uma coisa complicada na cabeça das pessoas que não vivem em grandes centros urbanos, que têm outro ritmo, outro diapasão.

Num país que abriga realidades tão diversas, é complicado de repente você ter uma caixinha ali que – pum! – inferniza essa coisa, pasteuriza e trata todo mundo como se fosse igual. O universo disso é muito essa coisa dos analistas. Não estou acusando ninguém, porque não se está pensando em fazer coisa semelhante. Há a tendência de tratar aquilo que é “atrasado”, na nossa visão de metrópole, como folclórico, tratar o que acontece no interior do Brasil como folclore. Só se vê a notícia por esse lado.

Vocês haverão até de entender um pouco porque estou até agora um pouco chocado para entender o que aconteceu em São Paulo. De repente, tem-se em São Paulo uma coisa aparentemente nova – um político moderno, um sociólogo, uma figura com um nível de instrução fantástico, capaz de manifestar-se e fazer com que as pessoas o entendam, perde para o que havia de pior, para uma coisa já tentada no Brasil, já não dava certo e tal. Uma realidade que está muito mais para a Suíça na nossa cabeça do que para o Brasil de fato. Li pelo menos dois artigos analisando o fenômeno acontecido em São Paulo, de figuras ideologicamente bastante diferentes – uma Oliveira Ferreira, competente pensador conservador de *O Estado de*

S. Paulo, que no dia seguinte à eleição, ao saber o resultado, se perguntava: “escute, será que não estamos pensando todos que vivemos na Suíça e nos bastamos com um discurso para nós mesmos, sem que demos atenção para o que acontece na nossa periferia”, e perguntava isso: “passamos 21 anos dizendo que o arrocho salarial era uma violência, que a fome era a pior das violências, que a ignorância era uma coisa inominável, sem que nos déssemos conta que tipo de consciência estava-se criando, para que, de repente, na periferia – não estou dizendo que seja necessariamente assim, estou indagando se, de fato, não tem acontecido – o cidadão olha para você e, pelo simples fato de você usar sapato, calça boa e relógio, o trata como seu inimigo, o trata como uma coisa estranha a ele”. Então, era muito curioso se observar que na Zona Sul de São Paulo automóvel só tinha adesivo de Fernando Henrique e de Eduardo Suplicy, e não tinha adesivos de Jânio Quadros. Não se via. Boca de urna, a confraternização era entre militantes do PT e entre militantes do PMDB, eles com eles, sem se misturar. Essa era a boca de urna. As pessoas passavam, se confraternizavam, se abraçavam, buzinavam o carro, mas havia os que não se abraçavam, não se confraternizavam, nem businavam o carro, e estavam votando no Jânio. O que é isso? Como isto acontece? Como isso se dá?

De repente as pessoas pararam para pensar. Conhecemos muito pouco, muito pouco, o que está no interior do Brasil é o que está na periferia de São Paulo. De repente, essas pessoas expressaram, da mesma maneira que queremos mudança, expressaram esse desejo de mudança na contramão com sinal inverso. O desejo de mudança. Muda o governo, vem a Nova República, o governador Montoro foi eleito com 5.000.000 de votos, e o que mudou? Sabemos o que mudou nos nossos padrões, em nível institucional, o fato de não existir mais DOI-CODI, uma série de coisas, vem a liberdade de imprensa. Embaixo mudou o quê?

Essa questão que você coloca é angustiante para todos que fazem comunicação no Brasil, de repente não se ter a exata noção em que país se vive. Há muita gente que ainda não sabe em que país vive, e vai aprender se puder exercitar esse direito mais tempo do que nos tem sido permitido exercitar.

EDUARDO FRANCI (UnB) – Ouvi vocês usarem expressões que particularmente tenho muito medo, porque não sou jornalista, quer dizer, sofro a pressão dos meios de comunicação, e a minha área de interesse é cinema. Não fui aluno do Wladimir, mas ele me conhece já há bastante tempo. Sou coordenador da área de cinema da UnB.

Por exemplo, há vários tipos de informação que circulam. Quero saber quem é que vai dizer qual é o tipo de informação que se deve censurar. Vocês – creio – não são. O governo também não pode ser. Esse tipo de colocação, o tipo de informação que circula é uma coisa muito grave para ser usado inclusive numa palestra como esta, pois se abre um precedente

para uma censura. É uma espécie de censura – que tipo de informação que vai circular? Por quê? Quem é que vai fazer essa censura? Quando os próprios jornalistas já estão usando: não, por que a sociedade? Porque dentro da sociedade há órgãos extremamente repressores, como é o caso da Igreja em cima de *Je vous Salue, Marie*.

Quero saber qual é a solução que se pode dar, por exemplo, no rumo em que estamos indo, que é a Constituinte, para se deter o poder de instituições como essas. Por exemplo, sabemos que o sr. Newton Figueiredo é dono, proprietário exclusivo da Gaumont. Pode ser que haja outra participação, mas deve ser mínima. Então, como é que uma instituição como a Igreja tem condições, de junto com o governo, segurar um filme do nível de um filme de Goddard, que a intelectualidade brasileira inteira está querendo?

É isto que eu queria saber. Qual a sua opinião no sentido de deter, com objetivos práticos, simples e diretos. O que se pode fazer agora – estamos indo para a Constituinte, o que podemos fazer agora para deter o avanço de instituições como essas, como é o caso da Igreja, como é o caso do Exército, que você colocou, e outras instituições, para deter este avanço de elas se colocarem como representantes da sociedade, quando, na realidade, sabemos que não o são.

Esta, minha pergunta.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Vou responder o que penso sobre a questão que você colocou.

Hélio Doyle disse, logo que começou a sua fala, que, na verdade, a questão dos meios de comunicação, é hoje uma questão onipresente. Todos nós estamos expostos aos meios de comunicação durante grande parte do nosso dia, do nosso dia-a-dia. No entanto, curiosamente, – e foi o que Hélio colocou – o debate sobre os meios de comunicação assumiam com a sociedade brasileira. Por incrível que pareça, o debate sobre os meios de comunicação não é colocado. Talvez tenha sido colocado em ambientes muito restritos – o próprio congresso dos jornalistas, as escolas de comunicação, enfim, em ambientes muito limitados. Não está colocado como uma questão absolutamente importante. Talvez eu peque pelo idealismo, mas se não colocarmos este debate e não transformarmos este debate que estamos fazendo aqui hoje em um debate público, um debate nacional, vamos continuar sendo, ou vamos ter pelo menos a grande parcela da população brasileira continuando a ser uma sociedade alienada, e alienada sobre esta própria questão, a questão dos meios de comunicação, uma questão absolutamente fundamental, porque, queiramos ou não, só os meios de comunicação é que estão formando a opinião pública.

Então, quando digo que peço pelo idealismo, insisto que é preciso colocar esse debate em prática. Aqui, de novo, digo que há soluções concretas, imediatas, que podem ser feitas e que podem ser tomadas. Uma

das coisas mais gratificantes de que já participei em minha vida foi um debate que houve em Brasília, deve ter sido há 8 anos, debate de que participei junto com outras pessoas, com associações de pais e mestres que existem ainda, nas escolas. Naquela época, tive oportunidade de ir a Sobradinho, a Ceilândia e a outros lugares aqui, na periferia de Brasília, com um grupo de pais e professores de cada uma dessas unidades. Os alunos estavam presentes. Por acaso, eram todas as reuniões realizadas no período noturno, atendendo a cursos noturnos, os alunos eram relativamente já de idade mais avançada que os alunos do curso escolar mais formal. Discuti com eles a questão dos meios de comunicação. Foram discussões que começavam às 20 horas e iam até depois da meia-noite, mesmo com as limitações de transporte, que as pessoas tinham. Um debate muito rico. Durante determinado momento aconteceu e depois acabou, não houve continuidade.

Estamos sugerindo ao Pompeu de Sousa, hoje o Secretário da Educação de Brasília, que promova esses debates dentro das escolas de Brasília, dentro do próprio currículo formal, porque formaliza a experiência e não deixa que seja apenas temporária, apenas limitada a determinados horários etc., que coloque dentro dos currículos das escolas primárias e secundárias de Brasília uma disciplina que discuta o papel dos meios de comunicação na sociedade. Deve ser uma atitude de imediato. Claro que não vão surtir efeito do dia para a noite, não haverá resultados imediatos. No entanto, é um passo importante, imediato, e já para se criar uma consciência sobre os meios de comunicação e, com isto, as pessoas despertem para a necessidade de não só debater como agir em relação a esses meios, agir em relação a uma política nacional de comunicação que seja mais democrática, mais participativa, que seja, pelo menos, um pouco menos autoritária, um pouco menos limitada apenas a segmentos específicos que hoje controlam o debate e controlam a comunicação de massa no Brasil.

Pode ser – repito – até uma atitude idealista, que ainda estamos muito distantes, mas, no meu entender, são soluções imediatas que podiam ser tomadas já, e que deveriam ser tomadas, e nacionalizar isto, transformar.

Se os meios de comunicação são hoje onipresentes, se eles ocupam número de horas tão grande – tenho algumas estatísticas, infelizmente não as tenho aqui em mão, o número de horas que as pessoas se expõem à televisão no Brasil é cada vez maior, e são assustadores os números, se não me engano, em São Paulo, cidade que demanda um tempo muito grande de transporte etc., em São Paulo, não me lembro, infelizmente, das estatísticas em números precisos, parece que já são 4 horas e meia por dia a exposição do homem médio à televisão, e a da mulher é maior ainda; se isso é tão importante na nossa vida, é tão importante na formação das nossas consciências, do nosso próprio comportamento, será que não é tão importante a ponto de ser colocado dentro do currículo escolar?! Será que

têm menos importância do que estudar a Língua Portuguesa, do que estudar a História do Brasil?! Hoje os meios de comunicação jogam papel tão importante que justificam plenamente a criação de uma disciplina que se chamasse “crítica dos meios de comunicação”, ou qualquer outro nome que se desse, até mesmo nas universidades, não só nos cursos de comunicação, como em todos os cursos, porque todos estão expostos aos meios de comunicação, uma disciplina onde se discutisse formalmente a questão da comunicação e a importância que os meios de comunicação jogam hoje nas nossas vidas.

É apenas um exemplo. Outras pessoas poderão citar outros.

PARTICIPANTE – Devolvo a pergunta: como a sociedade brasileira vai-se organizar para permitir uma Constituinte que, de fato, defenda seus interesses e não seja uma Constituinte que defenda os interesses do capital? Você tem alguma dúvida de como vai ser esta Constituinte? Quem é que vai bancar esta Constituinte? Que tipo de interesse vai ser hegemônico nesta Constituinte?

Aí não é o começo da nossa caminhada. A não ser através da organização, na base da sociedade, essas questões sempre vão ser questões debatidas em nível acadêmico. A menos que tenhamos competência de pôr isto na rua.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – A questão é a liberdade de informação que aqui estamos chamando de direito à informação, ou seja, o direito que cada um tem de informar e ser informado. Esta, a questão básica. Tudo que é produzido enquanto informação, seja qual for, deve ser difundido. A questão que estamos discutindo aqui são as limitações. Quais são as limitações? Caímos naquela questão, que coloquei, da informação enquanto bem-social e o poder de disseminar esta informação, sendo uma propriedade privada, que é o caso que você citou – não é uma informação jornalística, mas é uma informação cultural. É o caso do filme citado. É inteiramente contrário a qualquer direito à informação se colocar na mão dos donos das distribuidoras de filme o direito de dizer se um filme vai passar ou não vai. Na verdade, o que acontece no Brasil hoje é isto: se se quiser evitar que um filme passe, um governo autoritário ou um governo qualquer pode coagir, constranger todos os donos de distribuidoras a não importar aquele filme, não distribuir aquele filme. Aí vai acontecer o que ocorreu agora com o filme do Goddard. Ele chega simplesmente e numa entrevista diz: não quis passar o filme, não quero passar o filme, porque não gostei, achei muito monótono, achei um desrespeito... Foi o que ele fez. Deu entrevista durante o Fest/Rio dizendo isto.

A questão é esta: os meios de comunicação, os meios de difusão cultural da informação não podem estar exclusivamente na mão da propriedade privada. Você não pegou a primeira parte, coloquei que isto

não quer dizer estatizar. Quer dizer as maneiras que a sociedade tem para garantir a difusão da informação. não quer dizer simplesmente tornar tudo do Estado. Não. Neste sistema não estou propondo isto. Esta, uma questão.

Outra questão: de que maneira a sociedade vai fazer isto? Esta é a discussão complicada, realmente complicada, porque a sociedade brasileira não tem instrumentos, não tem mecanismos, não tem meios para fazer tudo isto, pois que envolve o jornal, a televisão, a revista, o rádio, o cinema, o teatro, enfim, envolve uma porção de coisas. Tem-se que criar esse retorno. Nem uma corporação da sociedade nem um segmento da sociedade pode outorgar-se este direito, muito menos o Estado. Por mais legítimo, por mais democrático que seja, o Estado não vai ter o direito de cercear a informação. Não pode ter o direito de cerceamento da informação.

Este, o desafio do debate: de que maneira isto pode dar-se? Da mesma forma que coloquei aqui aquela questão da defesa da sociedade, de que maneira o cidadão, qual o instrumento com que o cidadão conta para se defender dos meios de comunicação? Da mesma maneira, qual o instrumento que a sociedade tem para se defender do monopólio dos meios de comunicação, que pode querer dizer o que vai informar, o que não pode ser informado e o que não vai ser informado?

Na verdade, nenhum dos três expositores aqui defendeu uma seleção deste tipo, vale dizer: esta informação é que tem que ser dada e esta não. A diversos segmentos da sociedade a informação política é transcendental; para outros, não. Isto o que vamos ter que ver como na prática vai se dar. Em teoria, sabemos defender; na prática, a questão vai ser outra.

O momento da Constituinte será importante para se discutir esta questão. Antes e durante a Constituinte é momento importante para se avaliar essa discussão.

PARTICIPANTE – Ainda a respeito do filme de Goddard, gostaria de dizer só uma coisa.

Sou estudante de comunicação. Fizemos um trabalho sobre censura. Então tomamos tudo, desde a Velha República até agora, a Nova – o que mudou, o que não mudou, incluindo aquele exemplo do Teatro Casa Grande.

Existe censura em todos os países, com exceção do Canadá, foi o que constatamos. Este problema da Igreja, “de barra”, às vezes existe uma autocensura, a censura vem da própria sociedade, as próprias pessoas reagem a esse tipo de coisas no filme. Só para elucidar alguma coisa, porque você falou que não fazia parte, não é estudante de Comunicação. Se acrescentou alguma coisa em termos de informação.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Temos que distinguir entre as duas coisas – a censura e a rejeição da sociedade. A sociedade pode até ter uma rejei-

ção prévia, até preconceituosa, em relação a um filme. A CNBB se manifesta contra, todos os padres nas paróquias falam até que uma parcela enorme da sociedade vai ter uma rejeição prévia. No entanto, isto não pode ser razão para que o filme não seja exibido. Quem queria ver, verá o filme. Vamos dar um exemplo: os católicos ficam proibidos de ver o filme; quem for ver o filme estará violando uma determinação da Igreja. Os católicos não vão, mas os não-católicos têm o direito de ver o filme. O católico que quiser contrariar a ordem da Igreja tem também o direito de ver o filme. Isto que é fundamental. A CNBB tem todo direito de se manifestar contra os filmes, é um direito que tem de defender o interesse dela. A Ordem dos Advogados, se quiser manifestar-se contra um filme que mostra um advogado lá roubando, dizendo que todos os advogados são ladrões, a OAB tem todo o direito de se manifestar contra esse filme, mas nenhuma instituição da sociedade pode querer proibir um filme de ser exibido. Aí vamos ter que fazer outra discussão: agora vamos ter que saber o que é cinema, que se vai lá por vontade própria, paga-se uma entrada e vai-se ver o filme; o que é televisão, que se liga e já ali com o filme em casa, e que foge do controle se o filho de 10 anos vai ver. Aí são outras discussões, pode-se fazer outra discussão – o filme no cinema ou o filme na televisão. Dá para se fazer uma discussão sobre isto. O básico é que não se pode evitar, querer impedir que seja exibido. Aí serve para tudo: esse filme é extremamente imoral. Então, que se divulgue que esse filme é extremamente imoral e quem não quiser não vá, mas quem quiser ver o filme tem o direito de assistir ao filme.

Esta, a questão fundamental.

PARTICIPANTE – Queria que vocês comentassem, e coloco, não só para a Mesa, como para a plateia, um problema que é bastante óbvio, justamente a falta de interesse – e vocês estavam falando o que interessa à sociedade –, a total ou quase total falta de interesse por parte da população universitária pelos temas que estamos discutindo aqui, não só neste Seminário sobre a cidadania, mas como no primeiro, que foi sobre a Constituinte. A média de plateia tem sido esta.

Na medida em que os meios de comunicação têm um papel de informação e de conscientização, como você colocou, o que está acontecendo?

JOSÉ CARLOS KFOURI – Fico tão perplexo quanto você. Tem muito a ver com a questão que já colocaram. Esta é a nossa grande preocupação. Pelo menos não tenho mais ilusão. Hoje tenho certeza de que sei muito pouco a respeito de como este País funciona. Pensava que entendia um pouco. Em São Paulo, cheguei à conclusão de que realmente entendo pouquíssimo ou nada.

Nesta medida, é fácil de constatar, empiricamente é constatado que a sociedade brasileira, como diria o General Golbery do Couto e Silva, tem o sítio e o juiz de paz. Há momentos em que somos capazes de mobilizar as pessoas, as pessoas se mobilizam facilmente. Neste particular, é curioso, até para falar um pouco mais da minha área de atuação jornalística, é curioso como o esporte tem essa capacidade com muito mais frequência do que outros, sem que isto seja, em hipótese alguma, um aspecto negativo. Ao contrário: é fator mobilizante. No campo da política, no campo da cultura, encontramos muita dificuldade humana. Isto me preocupa muito, e creio que preocupa a todos. Preocupa a todos nós, quando estamos expostos a algo tão importante, de acontecimento tão importante quanto é esta Constituinte. Ai que pergunto mesmo: a que papel os meios de comunicação estão prestando? Não me surpreende ai que o papel dos meios de comunicação, organizados da maneira como o são hoje no Brasil, não tenha esse caráter mobilizante. Tem o contrário, o caráter do “fica em casa vendo televisão e lhe damos tudo que é importante; você não precisa mexer-se”. Vamos ter que fazer de baixo dos meios com que contamos. O Hélio Doyle colocou *en passant*, a questão da propriedade. Nosso trabalho é algo tão distante de nós que, por mais que hoje se encontre um espaço através de artigos assinados, e hoje, em alguns veículos, é até incentivado no Brasil, a verdade é que o jornalista não tem nenhum controle sobre o produto que faz. Esta, outra discussão que temos que travar, e em países mais adiantados já se tem. É a tal história: se você me convida para um projeto do seu jornal, você não pode mudar esse projeto no meio do caminho sem meu acordo. Esta é a nossa luta de âmbito profissional.

HÉLIO DOYLE – Ai há um problema perfeitamente natural, a consciência do direito. Não temos, de imediato, a consciência dos nossos direitos. Ai vem aquele velho discurso: depois de 20 anos, aquela história toda... É verdade. Será que a população brasileira tem, por exemplo, consciência de que a educação é um direito e que isto não significa apenas se dizer na Constituição que a educação é gratuita dos 7 aos 14 anos, que é muito além disto. Creio que não. Logo no início, o Luiz Gonzaga falou, disse, mais ou menos, que o direito à informação não é colocado no mesmo plano dos outros direitos essenciais da sociedade – as pessoas não têm consciência disto – e que é fundamental, que estamos envolvidos diariamente pelos meios de comunicação, pela comunicação e pela informação, e não temos consciência disto.

Muitas vezes fica parecendo que este debate só interessa a quem está na área. Muita gente, inclusive, da área, pensa que o debate só interessa a quem está na área; o jornalista, quem mexe com cinema, teatro, o radialista. Só a estes, não. Interessa, na verdade, à comunicação toda. É um processo. É a velha história. É um negócio que vai ganhando à medida em que as pessoas tiverem a dimensão de que podem brigar contra isto, porque meio

de comunicação para as pessoas é uma coisa poderosa demais, é algo muito forte, muito presente e que até intimida. Algum de nós pode ter alguma influência para mudar alguma coisa na TV Globo? Isso logo desanima. Agora, colocar a coisa numa visão mais geral da televisão do país tal, não é de um dia para o outro que se vai conseguir levar isso à frente.

PARTICIPANTE – Levando em consideração a questão do poder de mobilização dos meios de comunicação de massa, pergunto: por que a campanha das diretas conseguiu mobilizar tanto e a da Constituinte não? Talvez até mude de repente, ou uma fase de consciência do que está acontecendo. Não está havendo uma equivalência dos discursos. Por que houve uma participação tão grande da sociedade no movimento pelas diretas e agora não?

HÉLIO DOYLE – Vou tentar dar a minha visão, depois eles darão a deles.

Em primeiro lugar entender-se o que é eleição é muito mais fácil do que se entender o que é uma Constituinte, quer dizer, é muito mais fácil uma pessoa entender o que é uma eleição para presidente da República, porque, bem ou mal, nestes últimos 20 anos, as pessoas estavam votando para vereador, estavam votando para prefeito em muitos lugares votando para deputado, para senador. sabem o que é votar. As pessoas mais velhas lembram o que era votar, votaram no Jânio, no Lott, no Juscelino, votaram no Brigadeiro. Tiveram a experiência da eleição. Uma coisa é se sentir na prática o sentido do voto, outra coisa é Constituinte – o que é Constituinte? Aí tem-se que dar a cartilha da Constituinte, explicar o que é Constituinte. Não há cartilha da eleição direta. Já se viu alguém fazer cartilha para eleição direta para presidente?! Ninguém fez. Agora todos os colégios têm cartilha da Constituinte. O DIEESE faz cartilha da Constituinte. Todo mundo tem que estudar o que é Constituinte. Está é uma questão e não vamos ficar só nesta.

A campanha das diretas alcançou o peso no momento em que ganhou o apoio do sistema implantado – os governadores de Estado, os meios de comunicação, que foram vendo que ela tinha potencial e foram também aderindo; os empresários, os outros, o povo... Tenho esta visão, até sou muito combatido por isso...

PARTICIPANTE – Deixe-me fazer uma provocação, quer dizer que a participação do meio de comunicação torna decisiva a nossa mobilização?

HÉLIO DOYLE – Se ela foi decisiva? No auge da mobilização ela não teria sido o que foi sem os meios de comunicação. Ela já era grande sem os meios de comunicação, porque tinha um potencial popular mais fácil. Ela cresceu, não resta dúvida, com os meios de comunicação. Entendo também que não teria sido o que foi – e sou muito combatido, por alguns setores, quando digo isto – não teria sido o que foi se os governadores dos

Estados não tivessem colaborado financeiramente para o seu sucesso, para a organização dos comícios, para alugar ônibus etc., se não fosse a adesão desses setores, não seria o que foi. Por outro lado, essa campanha tinha um potencial popular muito grande, que a Constituinte, pela própria complexidade de se entender o que é Constituinte, não chega lá... Tenho ido muitas vezes a colégio, me chamam para debater o tema em escolas. É uma dificuldade. Até que já estou treinado. No início ninguém entende o que é Constituinte, ninguém sabe o que é. A cartilha que a Secretaria de Educação fez ninguém a entende, o pessoal das escolas não entende. Começa dizendo que vai fazer a Carta Magna. Perguntam logo: o que é Carta Magna? É a primeira pergunta que a própria cartilha não explica. É um negócio realmente complicado essa questão de Constituinte.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Aproveito a oportunidade para me felicitar. Se não é raro, pelo menos é muito feliz o encontro destes três Debatedores na UnB, falando especialmente para o pessoal de Comunicação, em virtude do próprio tema, pois me sinto feliz que é difícil sob todos os aspectos em ter aqui um representante, não exatamente um representante, mas um homem que milita numa empresa privada, no caso a Abril, numa empresa do Estado, no caso o Luiz Gonzaga da Mota, um dos diretores da EBN; ainda mais feliz, porque aqui está o Hélio Doyle, que é o representante do Sindicato dos Jornalistas, portanto representante de classe, isento, ou seja, não milita na empresa privada nessa qualidade tampouco na empresa governamental.

JOSÉ CARLOS KFOURI – Vivemos, evidentemente, um momento bastante diferente, a partir do momento em que a censura institucional acabou.

Lembro-me, fazia Ciências Sociais no estado de São Paulo no período mais negro da ditadura e censura terrível. Um belo dia foi lá participar de um debate conosco Júlio Mesquita Neto, dono do *Estadão*. Ele foi até chamado de camarada, porque ali estávamos todos na mesma briga, briga que interessava a todos, contra a censura. Lembro-me de uma frase dele muito sincera, em que dizia o seguinte: esse negócio de censura é bobagem, porque 95% do que é censurado não muda em coisa nenhuma a situação do regime político brasileiro. Nada.

Hoje essa coisa é colocada de maneira muito clara. Poucos profissionais têm dúvida de como é que essa coisa se dá. Além de se trabalhar numa empresa, a política editorial, a questão ideológica lhe é dada de maneira tão cristalina que você não tem nem muita dúvida sobre o que pode e o que não pode. O repórter que começa hoje a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* sabe perfeitamente bem que não pode falar bem do Maluf e que não pode falar mal do Setúbal. Um repórter que começa a trabalhar na Rede Globo ou na Editora Abril sabe da medida de cada uma

dessas empresas. E nessa medida é dada toda liberdade para fazer o trabalho.

Seria profundamente demagogo se dissesse aqui que sou qualquer tipo de influência da Editora Abril na revista que dirijo. Evidente que não. Não sei se estivesse sentado aqui o diretor da revista *Veja*, se ele poderia dizer da mesma maneira. Admito até a hipótese de que pudesse, por que a empresa não traria para dirigir a revista *Veja*, um jornalista que não estivesse, de certa forma, de acordo com o País.

PARTICIPANTE – Gostaria de colocar um ponto que já foi presenciado aqui e bastante pertinente. O Juca se referiu à propriedade do trabalho do jornalista.

Então, farei a pergunta, só para dar clareza à questão. Até onde vai a censura interna, seja numa empresa do Estado ou numa empresa particular? Nesta hipótese que tipo de dificuldade ocorre a nível técnico?

É uma curiosidade, e também serve para exercitar a democracia nesse meio.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Tenho a impressão que estou em posição mais delicada entre as pessoas que estão na Mesa porque, neste momento, estou trabalhando para uma empresa estatal, uma agência de notícias, que é uma agência governamental e isso é muito complicado, especialmente no momento presente, quando estamos vivendo uma situação em que o governo é um governo absolutamente indefinido. Se fosse um governo do PMDB, seria uma coisa diferente; se fosse um governo do PDT, também seria uma coisa mais fácil; se fosse um governo do PFL, talvez também fosse uma coisa mais fácil; se fosse um governo do PDS, também talvez fosse uma coisa mais fácil; se fosse um governo do PT, possivelmente também seria uma coisa mais fácil. Acontece que esse governo não é nenhum deles e talvez seja de quase todos eles, quer dizer, é um governo de composição, de negociação, um governo que redundou de uma negociação que todos sabem muito bem que foi construída principalmente com a participação de Tancredo Neves, como toda a artimanha política de Tancredo Neves. Isso torna a nossa tarefa de jornalistas profissionais, dentro de uma empresa que é governamental, extremamente delicada. A situação não é muito diferente de uma empresa privada, onde também já trabalhei, e onde também, obviamente, sentia as limitações – como Juca disse – e sabemos muito bem o que podemos e o que não podemos dizer.

No caso da EBN, sabemos também muito bem o que podemos e o que não podemos dizer. Há limitações e elas estão estabelecidas pela própria legislação, pelo próprio estatuto da empresa. A EBN é uma agência de notícias, cujas funções estão delimitadas pelo seu próprio estatuto. A nossa cobertura fundamental é a do Poder Executivo. Isso já nos dá, logo de início, pelo estatuto, limitações muito claras, limitações institucionais. Não

podemos, por exemplo, cobrir partidos políticos e não podemos também cobrir Legislativo. Nossa cobertura se restringe ao Executivo.

Quando entramos na EBN, evidentemente, tínhamos consciência das limitações da empresa e, mais do que isto, tínhamos consciência das nossas limitações, como profissionais de um jornalismo dentro da empresa, diante do quadro político que existia e que existe ainda neste País. O governo ao qual devemos prestar contas, em última instância, é um governo de negociação, de composição e um governo terrivelmente heterogêneo. Sabemos que temos aí ministros do PDS e temos ministros relativamente progressistas, como Almir Pazzianoto, Waldir Pires e outros que estão aí, dentro do governo. O próprio Fernando Lira. Obviamente essa situação nos traz constrangimentos muito grandes no exercício da profissão.

O grupo que hoje dirige a EBN, que trabalha dentro da EBN, foi para lá com uma proposta muito definida e foi para lá com uma proposta essencialmente política, e isso está colocado, não é nenhum segredo, não estou dizendo aqui segredo para ninguém. Isso foi colocado por nós, evidentemente com certa cautela, com certa habilidade política – penso assim. Fomos para lá com um propósito político, um propósito de transformar um elemento do próprio aparelho do Estado, que é a EBN, numa empresa democrática. O que é democrático aí é extremamente discutível. Em um primeiro momento, a nossa posição foi tirar a EBN daquela pecha, daquela marca, daquele estigma que tinha de ser uma empresa extremamente comprometida com as forças mais reacionárias ou mais conservadoras deste País. A EBN foi, durante muito tempo, todo mundo sabe disso, um cabo eleitoral da candidatura Paulo Maluf. Entramos lá em outro momento, num momento de abertura de redemocratização, com a EBN marcada, muito marcada, por esse estigma. Nossa primeira atitude dentro da EBN foi tentar transformá-la numa agência de notícias. Se é uma agência de notícias deve cumprir esse papel no primeiro momento. Deve ser uma instituição ágil, rápida, uma instituição eficiente e, acima de tudo, uma instituição profissional. Então, o nosso primeiro compromisso foi fazer com que a EBN realizasse um jornalismo profissional. Penso – na minha análise talvez esteja até comprometido com a própria experiência, porque faço parte dela – em parte, pelo menos, penso que conseguimos isto. Hoje a EBN faz um jornalismo, apesar de ser um jornalismo limitado – como eu disse – até pelo próprio estatuto da empresa, hoje a EBN faz um jornalismo imparcial. Dentro dos limites que já citei antes, é um jornalismo profissional. Transformamos *A Voz do Brasil*, que era tido como um programa absolutamente aborrecido, chato, era um programa quase que propagandístico, ou até mesmo propagandístico, o transformamos num programa informativo. Pode não ser um programa que cubra tudo, como as outras emissoras de rádio fazem os seus noticiários, programas talvez mais amplos do que o nosso, mas tenho a impressão de que já podemos dizer que, por exemplo, um dos nossos produtos, *A Voz do*

Brasil, é hoje um programa informativo, dentro dos limites em que trabalhamos, é um programa noticioso, quer dizer, penso que ainda hoje ouvir *A Voz do Brasil*, – embora também concorde – às vezes é aborrecido, ainda continua sendo. Há uma série de fatores. Por exemplo, os próprios locutores que estavam lá estão comprometidos com certa empostação de voz, que é a empostação de voz anterior. Simplesmente estamos numa empresa estatal que é diferente de uma empresa privada. Numa empresa privada, aqueles que não estão dentro das normas que devem ser seguidas são mandados embora, isso acontece sempre, e são contratadas pessoas dentro da linha em que se quer trabalhar. Isso complica terrivelmente a situação. Não podemos contratar ninguém, estamos proibidos por lei. Se não podemos contratar, não adianta nem mandar embora, porque não vamos ter quem faça aquilo que teremos de fazer. Então, há uma série de limitações institucionais que inibem, de certa forma, inibem, até em grau razoavelmente elevado, mais do que gostaríamos, o trabalho que estamos fazendo lá dentro. O nosso compromisso é este. Por outro lado, temos um compromisso muito mais amplo do que este de transformar a EBN apenas em mais uma instituição que tinha um eficiente profissional grande. O compromisso nosso é fazer a médio e longo prazo com que a EBN seja uma agência do tipo de outras agências que são parcialmente estatais existentes em outros países, como, por exemplo, a France Press, agência que tem uma grande credibilidade no mundo inteiro e é estatal; como a Agência EFE, na Espanha, que talvez poucos conheçam aqui, hoje é a quinta agência do mundo, a Agência EFE, espanhola, é de grande credibilidade, penetra pouco no Brasil, penetra muito mais na América Latina, nos países de fala, de língua espanhola. É uma agência de grande credibilidade estatal, tem um estatuto diferente. Por exemplo, no caso da EBN, ela está vinculada diretamente ao Ministério da Justiça. A nossa proposta é no sentido de que a Empresa passe a ser, embora tenha característica de empresa estatal, se transforme numa empresa pública – isso é diferente – uma empresa que tenha, por exemplo, subvenções do próprio aparelho do Estado, mas não as subvenções diretas que, de certa forma, condiciona a cobertura que se faz. É possível. Passa-se a ser não subordinada do Estado, passa a vender serviços ao Estado. Poderíamos passar a vender o nosso noticiário ao Estado, que não compraria. Isso nos daria uma autonomia maior para avançar ainda mais este nosso projeto jornalístico, e, com isso, estaríamos ganhando credibilidade para a EBN. Creio que já ganhamos um pouco de credibilidade para a empresa. Poderíamos ganhar mais, e transformar a EBN numa agência de notícias comercial? Não. Nosso projeto é transformá-la numa agência pública, agência pública que estamos entendendo como empresa que tenha um controle público, um controle, até certo ponto uma subvenção que venha através da venda de serviços para o Estado, mas que tenha também a possibilidade de vender o seu serviço, de concorrer no mercado com as empresas comerciais. Vamos concorrer com as empresas

comerciais, fazendo um jornalismo de qualidade, um jornalismo profissional, concorrendo com as outras agências de notícias nacionais que existem hoje – “Agência Estado”, “Agência JB” e “Agência Globo”, mais recentemente a “Agência Folha de S. Paulo”, mas concorrendo com elas a nível da cobertura profissional. Isso nos coloca de imediato numa situação de já não mais doar o nosso noticiário – não sei se sabem, o noticiário da Empresa Brasileira de Notícias, não é vendido, é um noticiário doado. É uma herança, um resquício do autoritarismo do regime anterior – era um regime ilegítimo e necessitava de um aparelho de informação, de um aparelho de comunicação para expandir, para “vender o seu peixe”, para dar o seu recado, e, com isso, se legitimar. A nossa idéia é diferente. A EBN não deve ter essa atitude paternalista com os meios de comunicação, de simplesmente doar o seu material. O nosso material deve ser comercializado, como os outros. Os meios de comunicação de massa – jornais, rádios, emissoras de TV etc. – não poderiam usar o nosso noticiário, só se o comprassem, como o compram de outras agências – “Agência JB”, “Agência Estado” etc. Este o nosso projeto, embora, evidentemente – repito – haja limitações muito grandes no nosso trabalho. Há restrições e há especialmente uma atitude que se reflete diariamente no nosso trabalho, especialmente pelo tipo de governo para o qual estamos trabalhando, que é um governo bastante indefinido, um governo de negociação, um governo de composição, onde estão compreendidas forças, às vezes até antagônicas.

PARTICIPANTE – Pelo que entendi a EBN funcionava anteriormente como agência de propaganda e não como agência de notícias, seria isto durante o regime anterior e não foi mudado nenhum estatuto dela, continua com o mesmo estatuto. Você está dizendo que com a tendência de ser uma agência de notícia, e não uma mera agência de propaganda, mas isto está sendo possível porque o atual governo seria um governo heterogêneo, sem linha muito definida e que daria espaço para vocês agirem.

Assim, pergunto: quando houver um governo que tiver uma linha, o estatuto da EBN permitirá que ela seja mantida, que ela não se torne de novo numa agência de propaganda?

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Exatamente nesta linha que eu disse a 2ª parte da minha resposta à pergunta do Wladimir.

Cabe e há lugar no aspecto da comunicação no Brasil para uma agência desse tipo. Deve ser uma agência desvinculada de governos, porque os governos mudam, pode-se ter um governo conservador, ou um governo progressista, enfim pode haver governos de matizes diferentes. Então, o que cabe é uma agência de notícia pública, mas pelo menos com grau de autonomia muito maior do que a EBN atual tem.

Para se exercer o jornalismo profissional e ter uma agência como a EBN transformada em uma agência como a France Press, que tem hoje uma credibilidade muito grande e é possível fazê-lo, tem-se que mudar os estatutos, tem-se que transformar a Empresa, tem-se que tirar esse vínculo direto, essa ligação direta que a EBN tem com o Ministério da Justiça. Por que o Ministério da Justiça? Porque é um Ministério político e aí já se vê exatamente como é que está, como é que se processa toda essa condução da EBN, como se processa toda essa maneira de manipular, de alguma forma, a EBN.

A meu ver, são as limitações maiores. Então, é preciso exatamente transformar a EBN em uma agência que, embora tenha um caráter não comercial, seja uma agência pública, uma agência que controle, exatamente como são a DPA da Alemanha, a EFE espanhola, e a France Press na França. Embora sejam agências que dependam basicamente do Estado. O problema é que a agência de notícia não dá lucro, não existe nenhuma agência de notícia, enquanto agência de notícia, que seja comercialmente lucrativa. No caso do Brasil, na verdade, não temos agências de notícias nacionais. A “Agência JB” a “Agência Estado” e a “Agência Globo” são subprodutos dos jornais. Isso tem uma implicação muito grave para eles, o que faz o “JB”? Vamos tomar o caso de “O Globo”, o que faz? Os jornalistas de “O Globo” trabalham para o jornal e, em função do fechamento do jornal, por exemplo, se há um assunto em pauta – reforma administrativa, pacote econômico, trabalham o dia todo em função do jornal e vão dar a notícia no final do dia, às 19 horas, vão para a redação, vão redigir no próprio local de trabalho e depois mandar para a redação a notícia que finaliza aquele fato. Então, eles trabalham em função do jornal. Por seu turno, o jornal utiliza aquele material, para fazer circular e vender. Acontece que os outros jornais que compram têm uma reclamação muito grande, porque o noticiário chega tarde, etc. Com a agência de notícias é diferente. Ela trabalha fundamentalmente com a rapidez, ela dá o fato, tem que dar o fato na hora em que este acontece.

Em síntese, o que estava querendo dizer é que podemos funcionar como agência de notícia, temos estrutura para funcionar como agência de notícia.

O aspecto que você levantou é fundamental. Enquanto dependermos e tivermos essa dependência tão fundamental dos governos, vamos estar eternamente vinculados a esses governos, independente da matriz que tiverem. Por isso que é importante dar essa autonomia, ou pelo menos uma autonomia muito maior, procurar dar à empresa, um estatuto que seja diferente daquele que ela tem hoje, um estatuto que pode ser semelhante ao estatuto da DPA alemã, ao estatuto da France Press da França, e da EFE espanhola, que, embora dependam fundamentalmente do governo, porque o Governo compra o material delas, – e aí meu argumento – é através da compra ou venda do material para as agências governamentais que elas

sobrevivem e conseguem o lucro que têm, e não através da venda do material para os meios de comunicação. Tem-se, então, de pensar numa fórmula que atenda, ao mesmo tempo, a venda do material a ministérios, a órgãos públicos, etc., e também para os meios de comunicação. Isto dá uma autonomia maior, e a France Press é, talvez, o exemplo mais marcante – é uma agência que tem uma credibilidade enorme no mundo inteiro, é uma agência que faz um jornalismo profissional, no entanto é uma agência que continua dependendo fundamentalmente de um Estado, embora todas elas o neguem, mas se sabe, pelo próprio estatuto do funcionamento delas, que dependem economicamente, dependem fundamentalmente da compra do seu noticiário pelo Estado.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Não havendo mais nenhuma indagação por parte do seletor Auditório aqui presente, só nos resta agradecer a presença de nossos Debatedores aos que aqui compareceram, enfim, ao Departamento de Sociologia e aos Organizadores.

Muito obrigado.

Uma outra questão prioritária: a cidadania do trabalhador rural. Isto significa ter direito à terra, ao uso da terra e aos frutos da terra. Questão polêmica, a reforma agrária será sem dúvida um dos temas em destaque na futura Assembléia Nacional Constituinte. No seminário *A Construção da Cidadania*, discute-se reforma agrária dentro de um sentido de redefinição da propriedade. Igualmente são discutidos outros temas polêmicos, como a questão étnica – a cidadania das minorias raciais –, a cidadania dos homossexuais, o planejamento familiar, a discussão em torno do aborto.

Alguns dos direitos de cidadania dizem respeito às liberdades individuais. É o caso da liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à Justiça. Existe ainda uma segunda classe de direitos: são os direitos políticos, votar, ser votado e participar politicamente da vida da nação. Surge agora uma terceira classe de direitos que começa a compor o quadro de uma cidadania econômica. É uma nova cidadania, ligada à representação social e política do trabalhador, que pressupõe os seus direitos na empresa, sua liberdade em criar e em participar de movimentos associativos e sindicais. Todas estas questões foram debatidas em seis longos painéis que são agora reproduzidos neste livro e que têm o mérito principal de mostrar a abrangência dos temas a serem levados à futura Assembléia Nacional Constituinte.

Construção da Cidadania, A



* 9 4 5 8 *

R\$ 29,00

ISBN 85-230-0211-1